

SEP

SISTEMA DE ENSINO
PREPARAENEM

REDAÇÃO



2



SISTEMA DE ENSINO
PREPARAENEM

REDAÇÃO

Volume 2 - 1ª Edição

Goiânia
CLASSIS EDITORA
2015



CLASSIS
EDITORA

SISTEMA DE ENSINO PREPARAENEM - REDAÇÃO

Volume 2

©2014 CLASSIS EDITORA

AUTORA

Rafaella Eleutério

DIREÇÃO EDITORIAL

Alexandre Pullig Corrêa

COORDENAÇÃO DE ARTE

Gedson Clei Ribeiro Alves

CAPA

Gedson Clei Ribeiro Alves

IMAGEM DE CAPA

shutterstock.com

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Alves da Silva

Gedson Clei Ribeiro Alves

Luiz Felipe Magalhães

REVISÃO

Alex Alves da Silva

Alexandre Pullig Corrêa

Cristiano Siqueira

Danielle Pullig Corrêa

Gedson Clei Ribeiro Alves

Yani Rebouças de Oliveira

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Alexandre Pullig Corrêa

Cristiano Siqueira

PROJETO GRÁFICO

Gedson Clei Ribeiro Alves

Alexandre Pullig Corrêa

DIAGRAMAÇÃO

Gedson Clei Ribeiro Alves

Goiânia - 1ª edição - 2015

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

CLASSIS EDITORA

Av. Eng. Eurico Miranda, Qd. 04, Lt. 12/14 - Sala 209

Ed. Concept Office - Vila Maria José

CEP: 74815465 - Goiânia - Goiás - Brasil

Fone: +55 (62) 3877 3214

classiseditora@gmail.com

ISBN: 978-85-88249-22-6

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

POLIGRÁFICA

“Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Pensar em termos de competência significa pensar a sinergia, a orquestração de recursos cognitivos e afetivos diversos para enfrentar um conjunto de situações que apresentam analogias de estrutura.”

Philippe Perrenoud

Caro estudante,

Os novos desafios e mudanças propostas para a melhoria da educação brasileira têm provocado significativas transformações, exigindo mudanças tanto por parte da escola como por parte dos estudantes do ensino médio.

Nossa tradição escolar ainda tem muito do enciclopedismo iluminista. Muitos educadores ainda acreditam que devem fazer com que os alunos absorvam todo o conhecimento que existe no mundo, o que é impossível.

O novo aprendizado deve promover, não apenas a mera reprodução de dados, mas sim ajudá-lo a responder às transformações da sociedade e da cultura em que está inserido, desenvolvendo a capacidade cognitiva de interpretar textos, solucionar problemas e relacionar diferentes áreas do conhecimento.

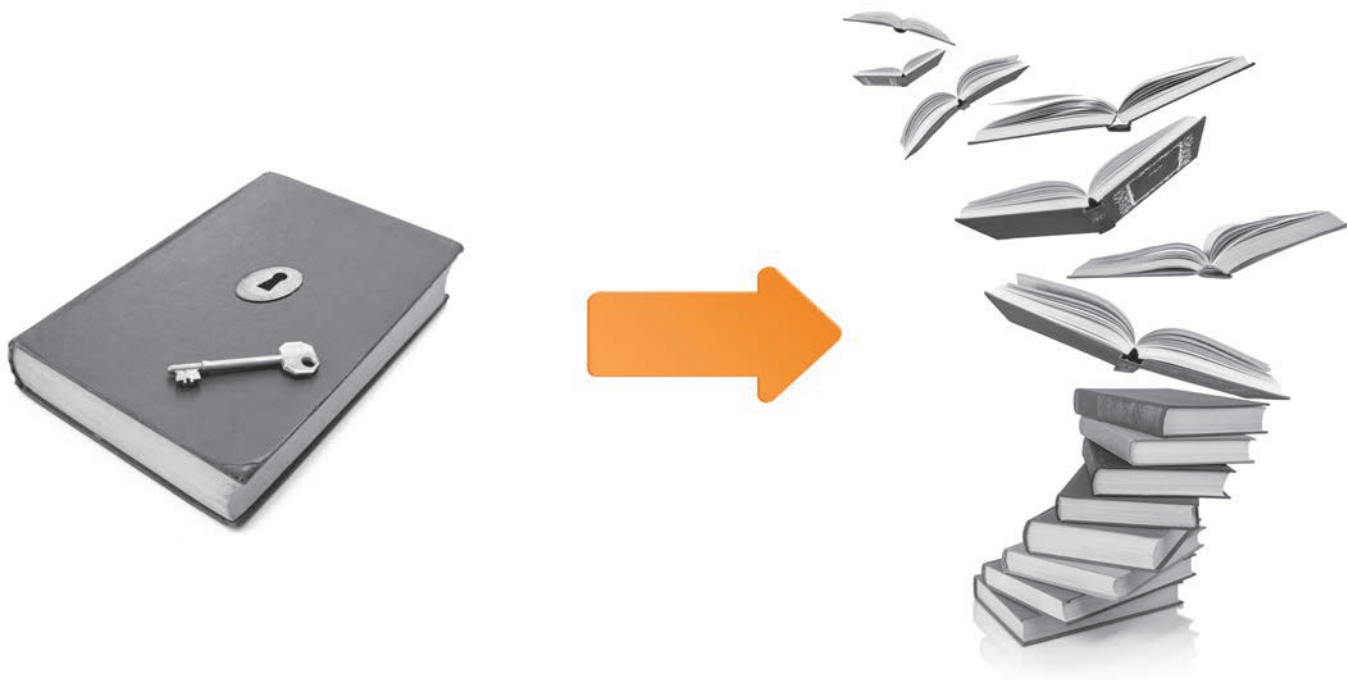
O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde a sua criação em 1998, procura avaliar as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes ao término do ensino médio. Em 2009 o ENEM foi reformulado e, a partir de então, ganhou maior importância no cenário nacional, tornando-se o principal instrumento de seleção para as universidades no país. Ademais, ainda é o primeiro passo na promoção de um novo currículo para o ensino médio do Brasil.

A adoção do ENEM por todas as instituições federais de ensino superior do país em 2013 e o número recorde de inscritos em 2014 (que superou os 9,5 milhões de candidatos), revela que, além de ser hoje a forma principal de conquistar a tão sonhada vaga no curso superior, o exame está cada vez mais concorrido.

Com o intuito de oferecer condições mais efetivas para o aprendizado e o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas pelo exame, o Sistema de Ensino PreparaEnem (SEP), apresenta os conteúdos de forma a desvendar os mistérios do exame, e de outros vestibulares, para garantir a você uma preparação completa e eficaz.

A FORMULAÇÃO DA ESCRITA	7
A ABORDAGEM TEMÁTICA DENTRO DOS LIMITES DA DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA	9
A SEGUNDA COMPETÊNCIA DA PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM.....	9
O TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	10
SAÚDE PÚBLICA E INSUSTENTABILIDADE SOCIAL	12
TIPOS DE INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO DOS TEXTOS ARGUMENTATIVOS	13
TIPOS DE INTRODUÇÃO.....	13
TIPOS DE DESENVOLVIMENTO (ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS)	15
TIPOS DE CONCLUSÃO	19
PROPOSTAS DE REDAÇÃO	30
PARA REFLETIR – TEXTO “CATAR FEIJÃO”	30
POR QUE ESCREVES DESCUIDADAMENTE?.....	30
PRIMEIRA PROPOSTA	31
“AS CONSEQUÊNCIAS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA E NA GARANTIA DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA”	31
SEGUNDA PROPOSTA	32
“A CULTURA DO ESTUPRO E O CONSENTIMENTO SOCIAL COMO FORMAS DE VIOLAÇÃO DA MULHER”	32
LEITURA EXTRATEXTUAL E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO	34
TERCEIRA PROPOSTA	36
“A LUTA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL”.....	36
QUARTA PROPOSTA	37
“TORCIDAS ORGANIZADAS – O ESPÍRITO ESPORTIVO CONDENADO PELA LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA”	37
ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE TEMÁTICA E REALIZAÇÃO DO PROJETO DE TEXTO.....	39
QUINTA PROPOSTA	39
“O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE HUMANA E PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”	39
SEXTA PROPOSTA	41
“DEMOCRACIA RACIAL E PRECONCEITO MASCARADO”	42
LEITURA EXTRATEXTUAL SOBRE O MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL” NO BRASIL.....	42
SÉTIMA PROPOSTA	45
“A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR COMO NÚCLEO DE AFETO, RESPEITO E CONTIGUIDADE”.....	45

A FORMULAÇÃO DA ESCRITA



“Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?”
Carlos Drummond de Andrade.

A escrita é uma atividade determinada por uma série de elementos que precisam ser mobilizados em sua produção. Ela não se manifesta focada exclusivamente na língua, apesar de ser imprescindível o uso de um sistema linguístico apropriado, com suas regras gramaticais e seu repertório lexical; também não se constrói levando em conta apenas o sujeito autor, com as intenções e representações de seu pensamento no texto, ainda que a necessidade de dizer seja a motivação para seu ato de escrever. Entende-se a prática da escrita como algo muito mais dinâmico, e por isso mais complexo, pois ela se constitui num espaço social, histórico e cultural específico para atender a necessidades igualmente específicas, que tornam fluida a relação autor-texto-leitor.

Como compreendem as autoras Koch e Elias¹:

Existe uma concepção segundo a qual a escrita é vista como produção textual, cuja realização exige do produtor a ativação de conhecimentos e a mobilização de várias estratégias. Isso significa dizer que o produtor, de forma não linear, ‘pensa’ no que vai escrever e em seu leitor, depois escreve, lê o que escreveu, revê ou reescreve o que julga necessário, em um movimento constante e on-line guiado pelo princípio interacional.

Essa é a diferença em relação às concepções anteriormente descritas, visto que a escrita não é compreendida em relação apenas à apropriação das regras da língua, nem tampouco ao pensamento e intenções do escritor, mas, sim, em relação à interação escritor-leitor, levando em conta, é verdade, as intenções daquele que faz uso da língua para atingir o seu intento sem, contudo, ignorar que o leitor com seus conhecimentos é parte constitutiva desse processo.

1 KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2014.

A natureza interacional – dialógica – da escrita revela que seu ato requer um planejamento consciente por parte do escritor, a fim de garantir suas eficiência e eficácia comunicativas. Nesse sentido, o bom texto é aquele que resulta de um processo de construção que mobiliza inúmeros conhecimentos do escritor, inclusive o que ele pressupõe acerca de seu interlocutor. Afinal, um texto não nasce de um vazio, ele surge como a materialização de um contexto de produção.



Na produção escrita, o escritor deve acionar seus **conhecimentos linguísticos** e o faz a partir das necessidades de seu texto. O uso da gramática da língua, de seu léxico e de sua ortografia deve ser feito com adequação e cuidado para evitar equívocos e revelar uma imagem positiva de quem escreve, pois o desprezo às normas e convenções pode ser mal visto. Assim, a escolha da variedade linguística, por exemplo, deve sempre adequar-se à esfera comunicativa em que se insere determinado texto.

Por outro lado, é preciso determinar a estrutura de texto adequada àquilo que se quer dizer. **O conhecimento de textos** permite-nos saber que gênero é mais interessante para expressarmos-nos (em forma de bilhete, dissertação argumentativa, fábula, carta pessoal, etc.). Torna-se fundamental, nesse processo, apreender como se dá a composição desses gêneros, bem como seu conteúdo, estilo, função e suporte de veiculação. Conhecer textos também permite reconhecer e usar a intertextualidade, especialmente porque é característica natural da linguagem que aqueles dialoguem entre si.

A ativação do **conhecimento de mundo** do autor também fundamenta o dizer: são experiências, informações, dados e todo repertório de ideias que sustentam o texto, tornando-o mais ou menos expressivo na medida em que se demonstra muita ou pouca maturidade e competência em acionar determinados conhecimentos a fim de expressar ideias. Isso dialoga com o que o pedagogo Paulo Freire já afirmara: que a leitura de mundo precede a leitura (e a escrita) da palavra.

Quanto aos **conhecimentos interacionais**, estes são mobilizados em função do tipo de relação que se traça entre produtor e leitor do texto. A percepção dessa prática interacional permite ao interlocutor reconhecer as intenções do autor; determina que o locutor pressuponha a quantidade e o tipo de informação que ele deve trazer (explícita ou implicitamente) no texto para que este seja compreendido pelo leitor; sinaliza que tipo de variedade linguística é mais adequado para o perfil de escritor e de leitor delineado em cada contexto, entre outros procedimentos necessários para garantir a plena interação linguística.

Acionar tantos conhecimentos para elaborar textos pode parecer tarefa complexa e de fato é. Ainda assim, é possível torná-la mais fluente, com prática, foco e atitude analítico-reflexiva.

A ABORDAGEM TEMÁTICA DENTRO DOS LIMITES DA DISSERTAÇÃO ARGUMENTATIVA

Os critérios de competência adotados pela prova de redação do ENEM podem ser compreendidos em torno de dois grandes grupos: segundo o plano de estruturação da linguagem e o plano de estruturação das ideias. No primeiro caso, reúnem-se a primeira e a quarta competências, que tratam do domínio da norma padrão da língua portuguesa e dos elementos que garantem a coesão textual, respectivamente. Em torno da estruturação das ideias, agrupam-se a segunda competência (por abordar o tema nos limites da dissertação argumentativa); a terceira (por selecionar ideias num diálogo com a coletânea e conhecimento de mundo do aluno, garantindo entre aquelas um encadeamento lógico, coerente); e a quinta competência (pela estruturação de uma proposta de intervenção exequível).

Levando-se em conta o último tema do ENEM, “A publicidade infantil em questão no Brasil”, percebe-se que muitos candidatos têm dificuldade de estruturar suas ideias, conforme mostram os quase 530 mil casos de redações anuladas, devido, especialmente, à fuga ao tema. Diante de tal realidade, abordaremos primeiramente as competências que versam sobre a estruturação das ideias, deixando por último as que se referem à articulação da linguagem. Neste segundo volume da apostila do PreparaEnem, será enfatizada a segunda competência; na terceira apostila, serão enfocadas as competências três e cinco; por fim, na última, as competências um e quatro serão analisadas no intuito de avaliar como se deve estruturar adequadamente a linguagem de um texto requerido pela prova de redação desse processo seletivo.

A SEGUNDA COMPETÊNCIA DA PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM

Em relação a esta competência, deve-se ter bastante cuidado porque nela constam duas razões que levam à anulação da prova: a fuga ao tema e o não atendimento ao tipo textual. Cabe ao estudante compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo. É importante lembrar que a fuga, total ou parcial, do tema será penalizada. No primeiro caso, zera-se a prova; no segundo, alcança-se apenas o nível correspondente à escala um das habilidades para essa competência, atingindo-se 40 pontos, num total de 200.

Em 2012, por exemplo, quando o tema foi “O movimento migratório para o Brasil no século XXI”, muitos alunos zeraram a avaliação por falarem de questões aleatórias, como a corrupção, ou por analisarem dois tipos de migração: a emigração e a migração interna. Por não perceber as implicações trazidas pela diferença semântica da palavra migração frente aos outros tipos, considerou-se a evidência de fuga total ao tema, já que se tratam de movimentos migratórios distintos. Por outro lado, os vestibulandos que avaliaram as consequências do movimento migratório, mas em nenhum momento as relacionaram à entrada de estrangeiros no *Brasil* e/ou a essa entrada no *século XXI* cometeram o equívoco da abordagem parcial do tema. A fim de evitar esse erro, deve-se fazer uma leitura muito atenta da frase-tema e da coletânea. O aluno atento, inclusive, destacaria as palavras-chave da temática (imigração → Brasil → século XXI) a fim de garantir sua plena compreensão. Outra medida interessante é sempre se indagar, ao longo da composição do rascunho, se as ideias de cada parágrafo guardam relação com tais palavras-chave.

Ao compor a dissertação argumentativa, importa fazer um texto que tenha as partes constitutivas da introdução, do desenvolvimento e da conclusão. À primeira cabe esclarecer o tema e a tese (opinião principal a ser defendida pelo autor). No desenvolvimento, busca-se expor o assunto, explicando-o e informando-o ao leitor, a fim de configurar os argumentos que validem o ponto de vista defendido sobre ele. A parte expositiva deve servir à parte argumentativa com consistência, porém é preciso ter o cuidado de que a exposição de ideias não se sobressaia, pois o que importa mais é o convencimento do leitor acerca da opinião defendida. Além disso, a tese deve ser explorada criticamente no desenvolvimento, pois muitos alunos a marginalizam ao longo do texto. Se essa tese é o ponto crítico principal na defesa de posicionamento do autor, ela não deve ser mal fundamentada.

O TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

A dissertação argumentativa é um texto que possui duas sequências tipológicas: a expositiva e a argumentativa. À primeira, cabe expor o assunto, explicando-o com clareza ao leitor, a fim de informá-lo sobre o que será tratado. À segunda, relaciona-se a tomada de uma posição crítica que evidencie a defesa de uma opinião. Assim, o texto dissertativo-argumentativo apresenta, analisa, interpreta e avalia um tema geralmente polêmico a fim de garantir que o leitor se convença do ponto de vista assumido no texto, comprovado por meio de argumentos consistentes.



O gênero em estudo tem um contexto de circulação limitado ao ambiente escolar. Exigido especialmente em disciplinas como a Redação, nos ensinos fundamental II e médio, e em concursos vestibulares, torna-se cotidiana no dia a dia de milhões de estudantes brasileiros. Apesar da semelhança com gêneros afins, como o artigo de opinião, a dissertação argumentativa não costuma ser produzida para ser veiculada em jornais e revistas.

Apesar da semelhança com gêneros afins, como o artigo de opinião, a dissertação argumentativa não costuma ser produzida para ser veiculada em jornais e revistas.

Estrutura-se esse gênero em três partes fundamentais: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na primeira, deve-se apresentar o assunto (ou tema), que fundamenta a sequência expositiva do texto, e a tese (ou premissa), que se relaciona com o ponto de vista a ser defendido pelo autor. A delimitação de uma tese clara e consistente deve ser bem feita, visto que o leitor será levado por essa linha de análise ao longo da redação, a fim de ser persuadido por ela, configurando a sequência argumentativa.

No desenvolvimento, é preciso contextualizar melhor o assunto em questão, trazendo informações e explicações que o esclareçam ao interlocutor. Além disso, com o intuito de sustentar a tese apresentada na introdução, devem-se desenvolver argumentos sólidos, os quais funcionem como “provas” para validar a opinião expressa pelo locutor.

Na parte conclusiva, deve-se dar o desfecho crítico da análise feita ao longo do texto, “amarrando”, com uma reflexão coerente, as ideias apresentadas. Em função da obrigatoriedade de se apresentar uma proposta de intervenção ao problema discutido em provas de redação do ENEM, uma forma de conclusão muito utilizada pelos estudantes atualmente é a do tipo proposta, entretanto ela não é a única possível, como será visto posteriormente, ao serem explicados os tipos de conclusão dos textos dissertativo-argumentativos.

Em síntese:



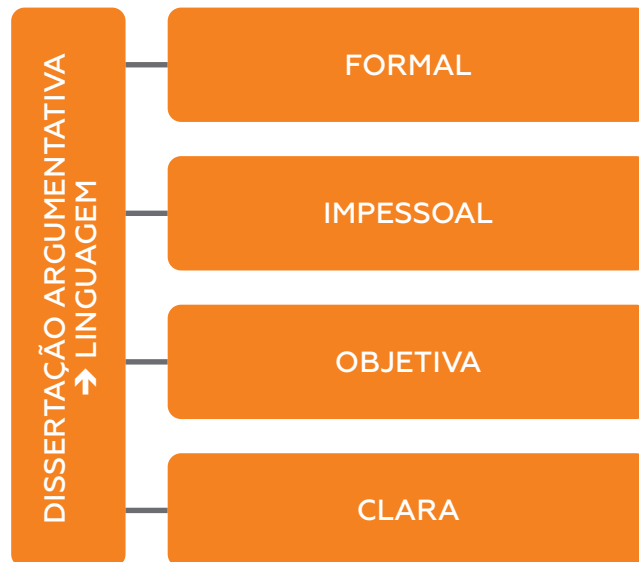
Quanto à linguagem da dissertação argumentativa, ela deve prezar pela formalidade, sobretudo porque, sendo um gênero escolar, é o registro mais esperado, por adequar-se às exigências naturais desse contexto, em que a competência linguística advinda do domínio da norma culta é garantia de maior prestígio. Devem-se evitar, portanto, gírias, expressões coloquiais e marcas de oralidade.

Além disso, o texto, mesmo trazendo a opinião daquele que o escreve, deve prezar pela impessoalidade do discurso. Isso quer dizer que o sujeito autor não se marca no texto, com verbos e pronomes na primeira pessoa, especialmente do singular, visto que não se quer que as ideias sejam relacionadas a uma impressão subjetiva, particular, mas a uma avaliação racional, analítica.

A imagem de interlocutor que se tem no texto também ajuda a compreender a formalidade e a impessoalidade: como não se trata de um interlocutor específico, mas universal e genérico, visto que, mesmo circulando em ambiente escolar, quaisquer pessoas que tenham acesso ao texto podem lê-lo, é de bom-tom que o registro seja formal para homogeneizar esse padrão de leitor. Por outro lado, a impessoalização da linguagem reforça seu caráter analítico e faz com que o interlocutor creia que esta é uma voz crítica refletindo a opinião de um grupo, da sociedade como um todo. O discurso impessoal, pois, acaba funcionando como uma estratégia persuasiva ao induzir o leitor a pensar como a “maioria pensaria”.

Compondo as características da linguagem desse gênero, também urge destacar a necessidade de sua objetividade e clareza. Um texto de análise e reflexão sobre assuntos geralmente complexos e polêmicos requer a concatenação precisa das ideias para que o leitor não se perca na linha de raciocínio do locutor.

Em síntese:



- Você lerá a seguir uma dissertação argumentativa que avalia a questão da saúde pública no Brasil. Observe como se constituíram a estrutura e a linguagem do texto.

SAÚDE PÚBLICA E INSUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ao se observar **as condições da saúde pública neste país**, em que mil habitantes podem contar com menos de dois médicos (1,8, segundo dados divulgados pela revista Istoé), conclui-se o óbvio: **a garantia do direito à saúde será dada por meio de uma partilha injusta. E o critério adotado em uma república de fachada como a nossa será inevitavelmente o da força (econômica, social, política) e do descaso: a corda do status quo que arrebenta o povo, o lado frágil da exclusão.**

Aos 27 anos, a Constituição Federal Brasileira é, em tese, uma jovem adulta emancipada. Deveria fazer valer os direitos dos cidadãos e ser vista como o instrumento legítimo para viabilizar o aparelho democrático do Estado. **Considerando-se, porém, a premissa do seu artigo quinto, o qual afirma que todos são iguais perante a lei, e a do artigo 196, que define a saúde como um direito de todos e dever do Estado, percebe-se que tanto a Constituição quanto a democracia brasileiras são frágeis e inoperantes.**

Dessa forma, o Zé Ninguém na fila do SUS (em que **tudo falta: médicos, leitos, medicamentos, exames, humanidade**) é apenas a estatística do descaso. **Segundo pesquisa encomendada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), 87% dos brasileiros consideram os serviços do Sistema Único de Saúde péssimos, ruins ou regulares, especialmente pelo acesso difícil a cirurgias e consultas médicas.**

Diante desse quadro, o programa Mais Médicos, do governo federal, apresentou-se como solução temporária para suprir a carência desses profissionais no serviço público e resgatar a dignidade de seus usuários. **Mesmo munida de boas intenções, tal medida mostrou-se eleitoreira, populista e paliativa, surtindo pouco efeito nas garantias dos direitos dos cidadãos desprivilegiados, que continuam reféns da falta de políticas públicas realmente eficazes nesse contexto.**

Fiat lux ocorrerá, porém, quando os governos municipais, estaduais e federal dispuserem de toda a verba destinada à saúde para aplicá-la devidamente, sem desvios ou superfaturamentos. Ilusões à parte, poderia ser criada uma central de denúncia para que, de modo mais rápido e facilitado, o cidadão pudesse informar à secretaria de saúde e ao ministério público problemas relacionados ao seu acesso à saúde pública. Tais centrais poderiam ser coordenadas por ONGs e por voluntários da própria comunidade, que atuariam na reivindicação dos direitos daqueles que, sozinhos, tendem a ser tratados com indiferença pelo poder público.

Agir em consonância ao espírito democrático e aos anseios dos direitos humanos é o que nos resta na partilha da igualdade. Não se pode mais aceitar que o Estado, além de negligenciar e usurpar os direitos dos menos favorecidos, ainda aja de maneira corrupta, criando hospitais fantasmas (como os vistos no interior do Maranhão) e contratando médicos que inevitavelmente se tornarão fantasmas no corredor sombrio da saúde pública, cujo descaso arremata o pouco que existe à falta de ética e à insustentabilidade social.

Rafaella Eleutério.

Tema do texto

Tese do texto

Argumento por citação

Argumento por enumeração

Argumento por provas concretas

Argumento por contra-argumentação

Proposta de intervenção

Conclusão do tipo surpresa (frase de efeito)

TIPOS DE INTRODUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONCLUSÃO DOS TEXTOS ARGUMENTATIVOS

As estratégias delineadas a seguir relacionam-se a variadas técnicas que auxiliam o escritor a iniciar textos de natureza argumentativa, bem como provar seu ponto de vista e compor um desfecho coerente com o projeto de texto criado. São formas de introdução, desenvolvimento e conclusão que podem ser utilizadas com quaisquer textos dessa tipologia textual, inclusive com o dissertativo-argumentativo.

Para apresentar as técnicas a seguir, usaremos como exemplo a polêmica em torno da redução da maioria penal, que divide opiniões bastante incisivas.

TIPOS DE INTRODUÇÃO

1. Frase declarativa para apresentar a tese: por meio de uma declaração afirmativa ou negativa a respeito de algo, contextualiza-se o assunto para delinear-se a tese.

“A condição degradante das cadeias brasileiras é uma realidade inquestionável e conhecida pela sociedade. Tal situação permite prever que a redução da maioria penal de dezoito para dezesseis anos pode ser um contrassenso que ligará uma bomba-relógio para acionar a falência de um sistema judiciário e prisional que não conseguirá reabilitar os jovens condenados por ele”.

2. Pergunta: uma frase interrogativa será usada para motivar a reflexão sobre o tema, sendo respondida (retomada e aprofundada) ao longo do texto, especialmente se não se tratar de uma pergunta retórica, pois, se for retórica, encerra em si uma crítica implícita, apreendida pelo leitor, não sendo obrigatório haver uma resposta.

“Seria correto afirmar que haverá o abrandamento da violência apenas pensando-o à luz da polêmica redução da maioria penal? Atribuir a essa redução a garantia de controle da ordem é não pensar num problema cujas dimensões são bem mais complexas”.

3. Ilustração ou exemplo: consiste em relatar um fato notório, divulgado pela mídia, ou uma situação cotidiana como forma de ilustrar a realidade que se quer discutir.

“Quando Liana Friedenbach e Felipe Caffé foram feitos reféns em Embu-Guaçu, no ano de 2003, por cinco homens, dentre eles um menor de idade conhecido como Champinha, na época com dezesseis anos, que torturou e matou Liana depois de um comparsa ter matado o jovem, a discussão em torno da redução da maioria penal ganhou força no país. Doze anos após esse caso, o foco da redução ganha novo fôlego, assegurando um desejo antigo de grande parte da sociedade de garantir a imputação de crimes a menores que conseguem ser mais perversos do que muitos adultos sem escrúpulos inseridos no convívio social”.

4. Citação: estratégia muito eficiente, por funcionar como um discurso de autoridade e revelar o conhecimento de mundo do autor do texto. Consiste em se fazer referência a frases de pensadores conhecidos, documentos importantes, etc. Pode ser feita de maneira direta, com a reprodução original da frase, ou indireta, com a paráfrase elaborada pelo autor, que diz com suas palavras as ideias que quer citar.

“Para o escultor francês Auguste Rodin, ‘ninguém faz bem aos homens com impunidade’. Morto há quase um século, sua frase revela-se atemporal e contemporânea especialmente quando se percebe que a violência impune praticada por menores infratores tem perpetuado o mal na sociedade e, por isso, deve servir de reflexão à urgência da redução da maioria penal”.

5. Abordagem histórica: vale-se da referência a um fato, a uma sociedade ou a uma época histórica como forma de correlação com a contemporaneidade, dando uma melhor dimensão do problema proposto pelo tema.

“O primeiro Código Penal Brasileiro, criado em 1830, após a Proclamação da Independência, fixou a imputabilidade penal plena aos catorze anos de idade, estabelecendo, ainda, um sistema biopsicológico para a punição de crianças entre sete e quatorze anos. Esse modelo parece exagerado se considerarmos que, hoje, a maioria penal é fixada em dezoito anos. No entanto, os crimes bárbaros que jovens menores de idade têm cometido revelam que talvez, a exemplo do que aconteceu no passado, eles pudessem ser responsabilizados por seus atos, especialmente porque um jovem entre catorze e dezoito anos tem sim o mínimo discernimento moral sobre o que é certo e errado”.

6. **Definição:** consiste em conceituar um termo a fim de estabelecer uma crítica a partir dessa concepção.

“Trata-se a maioria penal da idade mínima em que se considera o cidadão como uma pessoa capaz de responsabilizar-se por seus atos, sendo então consciente, inclusive, da natureza criminosa que suas ações podem vir a ter, o que lhe permite, desse modo, ser acusado criminalmente e responder por suas práticas. Tal definição da natureza da maioria criminal nos faz questionarmos se apenas um jovem criminoso de dezoito anos é consciente dos erros cometidos ou se indivíduos mais novos também poderiam ter esse discernimento, de modo que também pudessem ser responsabilizados judicialmente”.
7. **Divisão:** neste tipo de introdução, busca-se desmembrar a tese em mais de um ponto, a fim de avaliar o tema pormenorizadamente.

“A redução da maioria penal de dezoito para dezesseis anos tende a ser um erro coletivo por duas razões: porque o Estado não possui um sistema prisional realmente capacitado para recuperar boa parte de seus presos (especialmente se as cadeias forem ainda mais lotadas com novos presos a partir do processo da redução); e também porque isso não é uma garantia comprovada de que crianças e adolescentes infratores se afastariam de práticas delituosas”.
8. **Comparação:** nessa introdução, a tese é criada a partir da comparação entre duas dadas realidades que dialogam entre si e com o tema, a fim de destacarem-se semelhanças e diferenças para realçar a crítica do texto.

“Em países como a Dinamarca e a Inglaterra, cuja idade penal é de quinze e dez anos respectivamente, há o entendimento de que um adolescente ou pré-adolescente é capaz de assumir as responsabilidades por crimes que possa cometer. São países que contam com um aparelho judiciário e prisional bem mais eficientes do que o brasileiro, por isso a simples redução da nossa idade penal de dezoito anos para dezesseis não quer dizer que teremos a mesma destreza e seriedade para tratar essa questão como se pode observar no caso daqueles países europeus”.
9. **Oposição:** no caso dessa estratégia, busca-se mostrar o contraste entre duas ideias a fim de garantir o rumo da argumentação do texto.

“De um lado, indivíduos cada vez mais jovens que praticam crimes abomináveis. De outro, um Estado ineficiente que não consegue recuperá-los com medidas socioeducativas como geralmente propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal problemática reflete a natureza complexa da redução da maioria penal e levanta uma bandeira de alerta para que decisões precipitadas não sejam tomadas pela influência da pressão social”.
10. **Frase nominal ou frases nominais seguidas de uma fundamentação explicativa:** frases nominais são aquelas que não possuem verbo e, portanto, não constituem oração. Tornam-se mais enfáticas e tendem a chamar mais a atenção do leitor por essa razão, o que contribui para deixar a tese expressiva.

“Uma realidade desigual e excludente. Uma juventude cada vez mais violenta. Uma multidão com sede de justiça. Nessas condições, o debate sobre a redução da maioria penal tende a tornar-se complexo e delicado, a ponto de ter que valer-se dos princípios dos direitos humanos e da alteridade para garantir uma ponderação mais justa sobre o caminho certo a se seguir”.
11. **Refutação:** consiste em apresentar uma opinião contrária àquela que será defendida no texto, a fim de refutá-la, invalidando-a. No desenvolvimento é bom utilizar a estratégia argumentativa da contra-argumentação para reforçar a tese e desqualificar de vez o ponto de vista contrário a essa premissa.

“Para muitos brasileiros, a redução da maioria penal é a solução mais eficiente contra a violência cometida pelos jovens no Brasil, garantindo um controle da barbárie juvenil diária que nos assusta e vitima. Se analisarmos o tema com mais profundidade, veremos, no entanto, que talvez esses jovens delinquentes sejam também vítimas e, portanto, imputar-lhes uma pena pode ser o caminho reverso de sua recuperação: o caminho de sua marginalização definitiva”.
12. **Alusão a um texto ficcional (conto, romance, filme, etc.):** faz-se referência à história fictícia como forma de contextualizar o assunto para expor a tese.

“Em Capitães da areia, de Jorge Amado, um grupo de meninos de rua hostiliza e amedronta a cidade de Salvador, tornando-se conhecido por suas práticas criminosas, especialmente furtos. Esses garotos ilustram o que a sociedade vem debatendo hoje: a necessidade da redução da maioria penal para que esse tipo de delinquência juvenil seja controlado. Mas, se levarmos em conta a trajetória daqueles 'capitães', veremos que, muito mais do que punição, essa juventude transgredida precisa de oportunidade e inclusão”.

03 | Argumentação por provas concretas: utilizam-se dados estatísticos para confirmar a ideia apresentada. Por se tratar de um instrumento validado por uma pesquisa séria, tende a tornar-se um argumento inquestionável. Deve-se ter o cuidado de apresentar a fonte pesquisadora e/ou divulgadora dos dados, pois essa informação passa credibilidade ao leitor. E, por fim, devem-se encadear os dados à linha de raciocínio desenvolvida no texto para que a pesquisa e a crítica defendida pelo autor do texto tenham relação de sentido.

04 | Argumentação por discurso de autoridade: faz-se uso de uma citação (direta, com a reprodução da frase original, ou indireta, com a paráfrase da versão original). Essa citação dialoga com o ponto de vista defendido pelo locutor e torna mais persuasiva essa opinião por influenciar o leitor com a referência de textos de autores e documentos renomados.

05 | Argumentação por contra-argumentação: levanta-se uma opinião contrária àquela defendida pelo autor, com o objetivo de retorcê-la, refutá-la. Ao invalidar o ponto de vista contrário ao expresso no texto, valoriza-se a opinião que o próprio texto defende, levando o leitor a crer que ela é a mais sensata. Para tanto, é preciso perceber quais são os pontos fracos daquele argumento que será refutado para mostrá-los criticamente ao leitor.

09 | Argumentação por comparação e contraste: muitos recursos utilizados para comprovar uma ideia, se colocados no início do texto, terão a função de apresentar o tema e a tese, no entanto, apresentados no desenvolvimento, passam a funcionar como argumentos. Isso também acontece com a técnica da comparação e contraste que, como se sabe, tem o objetivo de comparar duas dadas realidades que dialogam entre si e com o tema, a fim de destacarem-se semelhanças e diferenças para realçar a crítica do texto, confirmando a ideia defendida.

10 | Argumento por metaforização: nessa técnica, busca-se, de forma sugerida, figurada, criar uma imagem que comprove a ideia defendida, tornando o texto mais expressivo. O uso de metáforas requer do interlocutor uma leitura interpretativa para perceber a relação de sentido entre elas e a crítica expressa no texto. Vale lembrar que a natureza do texto argumentativo é pautada pela objetividade, por isso deve-se evitar o uso excessivo dessa técnica sob o risco de tornar o texto subjetivo. Porém, ela, usada com bom senso e equilíbrio, ajuda a marcar a autoria do texto.

11 | Argumento por enumeração: busca-se elencar uma série de fatos, situações, exemplos, causas/ consequências, entre outros elementos, que provem a ideia defendida, funcionando como um reforço, uma ênfase a essa ideia.

É possível que uma mesma ideia agregue mais de uma estratégia argumentativa, por exemplo, o autor pode se valer de dados estatísticos sobre o sistema prisional do Brasil e de outro país; nesse caso, os dados apontam também para a comparação e o contraste entre essas duas realidades, análise que deverá ser feita no texto para aprofundar a discussão sobre o assunto exposto.

TIPOS DE CONCLUSÃO

Na apresentação final das ideias dos textos argumentativos, é importante dar a elas uma boa conclusão. Serão apresentadas, abaixo, nove formas de tipos conclusivos. Desta vez, a técnica utilizada tratará de temas aleatórios, não necessariamente relacionados com a redução da maioria penal, para diversificar a forma como essa teoria é apresentada.

1. Conclusão do tipo síntese: essa estratégia é uma das mais utilizadas em gêneros analíticos como a dissertação argumentativa. Consiste em resumir as ideias principais discutidas no texto para reforçá-las. Deve-se, no entanto, cuidar para que não se faça uma cópia, o que deixaria o texto mal coeso. Trata-se de um trabalho de recuperação dessas ideias e de paráfrase objetiva, retomando ideias-chave da introdução (tese) e da argumentação.

“A redução da maioria penal é, de fato, como se viu, um instrumento necessário para auxiliar a redução da violência, contudo, para ser eficiente, precisa ser articulada com a reintegração do jovem, pois os exemplos de delinquência juvenil analisados anteriormente reforçam a certeza de que somente reduzir a maioria pode gerar o efeito reverso de transformar os jovens detentos em doutores do crime aprendido nas cadeias”.

2. Conclusão do tipo proposta: é uma conclusão muito importante, especialmente devido ao ENEM, que solicita do estudante o encaminhamento de uma proposta de intervenção para os problemas expostos no texto. Só que não existe a obrigatoriedade de que essa intervenção solicitada pelo ENEM apareça apenas no parágrafo conclusivo do texto; é possível que ela seja delineada no desenvolvimento, ao passo em que os problemas são discutidos. Nesse caso, deve-se optar por outro tipo de desfecho.

Uma conclusão proposta é aquela que sugere o que deve ser feito para resolver ou pelo menos atenuar o problema exposto ao longo da redação, indicando medidas eficientes que poderiam ser aplicadas na sociedade. Uma boa proposta deve responder a algumas perguntas básicas, como: o que deve ser feito? Por quem? De que maneira isso será executado?

“Para garantir os direitos dos cidadãos ao acesso à saúde pública, é preciso que os governos federal, estaduais e municipais utilizem adequadamente a verba destinada à saúde para aumentar o corpo de profissionais necessários ao atendimento do público e melhorar a infraestrutura dos hospitais. Também poderia ser criada uma central de denúncia a fim de que, de modo mais rápido e facilitado, o cidadão pudesse denunciar à secretaria de saúde e ao ministério público os problemas que ele encontra quando busca os serviços públicos na área da saúde e é tratado com negligência. Tais centrais poderiam ser coordenadas por ONGs e por voluntários da própria comunidade, que atuariam na reivindicação dos direitos daqueles que, sozinhos, tendem a ser tratados com indiferença pelo poder público”.

3. Conclusão do tipo pergunta: delimita-se uma pergunta final que deixará na cabeça do leitor uma reflexão sobre o tema. Essa pergunta pode induzir a uma crítica e, nesse caso, será retórica.

“Com quantos Champinhas perversos e criminosos a sociedade terá que se deparar até que se compreenda que a redução da maioria penal é não só necessária como urgente? Quantos cidadãos ainda precisam ser roubados, sequestrados e até mortos para todos perceberem isso?”.

4. Conclusão do tipo surpresa: trata-se de uma conclusão que quebra as expectativas do interlocutor e o surpreende pela originalidade. Pode valer-se de uma boa metáfora, uma ironia, uma ambiguidade intencional ou outro recurso que garanta esse efeito.

“A corrupção é uma hidra de Lerna, descontrolada e maléfica. São tantas suas ramificações monstruosas que combatê-la parece impossível, mas, se tivermos uma sociedade hercúlea, cuja força advenha de sua consciência e engajamento político, é possível dar fim ao monstro da corrupção”.

5. Conclusão do tipo alusão a um provérbio ou ditado popular: utiliza-se um provérbio ou ditado popular que sintetize uma reflexão final sobre o tema e tenha com ele relação de sentido. Deve-se cuidar, porém, para não se cair no senso comum. É possível utilizá-lo para fazer uma paródia ou paráfrase.

“E se a carnavalização é um conceito que, para Mikhail Bakhtin, busca um movimento de desestabilização, subversão e ruptura em relação ao mundo oficial, compreende-se o porquê de uma cultura carnalizada, consagrada pela ilusão do carnaval e futebol: criar, em terra nacional, a terra do nunca é fazer valer a crença do rir para não chorar, do deixar para depois, do ser brasileiro e não desistir nunca. Enquanto isso, nossos políticos se valem de nossa boa fé, pois, iludidos, acreditamos no país tropical, abençoado por Deus. Que Deus nos abençoe, mesmo!”.

6. Conclusão do tipo paralelismo: abarca-se o tema numa conclusão que apresenta frases cujas estruturas sintáticas se repetem, dando ênfase às ideias que se agrupam em torno desse paralelismo.

“A violência cometida por menores infratores é sistêmica. Não se pode omiti-la. Não se pode negá-la. Não se pode esquecê-la. Sob o risco de que toda a sociedade se torne vítima da delinquência juvenil. E do próprio descaso”.

7. Conclusão do tipo citação: refere-se a uma frase de um pensador conhecido, de um documento importante, etc., que sintetiza a reflexão final do texto. Pode ser feita de maneira direta, com a reprodução original da frase, ou indireta, com a paráfrase elaborada pelo autor, que diz com suas palavras as ideias que quer citar.

“A violência endêmica da sociedade contemporânea evidencia tão somente a ideia de Thomas Hobbes, de que ‘o homem é o lobo do próprio homem’; neste caso, vítimas e algozes constituem-se num embate social cheio de disparidades cujas desigualdades alimentam esse ciclo violento”.

8. Conclusão do tipo agregação: consiste em terminar o tema ampliando sua reflexão, vendo-o de maneira mais abrangente do que foi analisado ao longo do texto.

“Percebe-se, assim, que a leitura é mesmo um instrumento imprescindível para a escolarização do indivíduo e para a formação de seu senso crítico. Entretanto, ela é mais do que isso, é fator determinante para o desmascaramento das hipocrisias sociais e a emancipação consciente do sujeito no mundo, daí que a leitura não se restrinja aos textos, mas à vida”.

9. Conclusão do tipo metáfora: utiliza-se essa figura de linguagem para criar um efeito figurado no texto que amarre o tema com uma imagem sugestiva, trazendo ao leitor um olhar expressivo e simbólico ao que foi criticado no texto.

“Para acabar com os preconceitos que insistem em existir em pleno século XXI, deve-se fazer tal qual no Mito da Caverna, de Platão: soltar as correntes daqueles que estão presos na caverna e levá-los para fora dela, a fim de apreciarem a luz da vida. Ainda que os olhos sintam o choque da luz natural, hão de se encantar com a diversidade da vida. Preconceito é fruto da escura ignorância”.

É possível, ainda, desenvolver outras formas de conclusão, como retomar alguma ideia específica apresentada na introdução ou no desenvolvimento. Existe também a possibilidade de se fazer uma conclusão mista, utilizando mais de uma técnica para abarcar o texto, por exemplo, valendo-se de uma proposta seguida de uma metáfora ou de uma citação. A conclusão mista, se for bem articulada, pode enriquecer o texto.



F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

- 01** | Leia, a seguir, uma dissertação argumentativa que avalia a relação entre cidadania e participação política. Você deverá identificar que tipos de introdução, de estratégias argumentativas e de conclusão foram utilizados, sublinhando no texto as passagens que configuram cada parte e classificando o recurso usado, conforme a nomenclatura estudada neste capítulo. Depois escreva um parágrafo expositivo que justifique como as estratégias argumentativas foram apresentadas na redação.

O cálice da servidão voluntária

A democracia brasileira já vigora há 30 anos, desde que a ditadura militar foi encerrada em 1985, no entanto isso não necessariamente dialoga com a consciência política de seu povo. Nestas três décadas, observamos uma sociedade participar ativamente da política brasileira em poucos momentos, como no impeachment de Fernando Collor de Melo. No mais, o que se tem visto, de maneira generalizada, é o discurso ignorante e deturpado de que “política é coisa de idiota”.

Não seria se soubéssemos que idiota é aquele indivíduo ensimesmado que, por preguiça, inércia ou alienação, permite perder a própria consciência para usar uma cabeça de papelão e andar feliz, sem grandes preocupações, no país do Sol. Como constatou João do Rio, o homem da cabeça de papelão são todos os brasileiros cuja cegueira social e política os transforma em fantoches daqueles que estão no poder. Numa sociedade como essa, vendem-nos a ideia de que a participação política é instrumento superado, quando, na verdade, seria indispensável para quebrar todos os cálices de um controle surdo que domina a grande maioria sem se perceber.

Prova disso são as eleições ocorridas neste ano. O segundo maior porcentual de votos brancos e nulos em Goiânia foi registrado agora. Para o cientista político Luiz Signates, a principal responsável pela desilusão do goiano foi a queda do ex-senador Demóstenes Torres, devido a suspeitas de envolvimento com o caso Cachoeira. Dados divulgados pelo site G1 apontam que, entre votos brancos, nulos e abstenções, 31,13% dos eleitores, de alguma maneira, omitiram-se de sua participação política, o que contribuiu para a vitória de Paulo Garcia em primeiro turno.

Acontece, porém, que essa postura reflete um comportamento que o filósofo La Boétie denominou, em relação aos governos tiranos, de servidão voluntária. Utilizando esse conceito no nosso caso, trocamos nossa liberdade e nossa consciência por um discurso apolítico como forma de protesto ou de descrença; relegamos ao outro a obrigação de decidir os rumos do país sem perceber que, dessa forma, tornamo-nos servos de um sistema que massacrará nossos direitos sem que façamos nada. Nossa servidão voluntária aceita a reforma de um parque municipal (o Mutirama) orçamentada, sem critério lógico, em 28 milhões de reais. Nossa servidão voluntária aceita devolver o poder a um ex-presidente corrupto, dando-lhe o cargo de senador. Nossa servidão voluntária aceita o discurso comum de que os políticos são corruptos mesmo, o que se há de fazer? Aceita comer pizza e passar fome de justiça.

Num cenário desolador como esse, a participação política deve ser vista como a melhor ferramenta para romper com todas as amarras de nossa própria fadiga e hipocrisia política. Mais do que indispensável, ela é urgente.

Redação feita a partir do tema do vestibular da FUVEST/ 2012: “Participação política – indispensável ou superada?”.
Rafaella Eleutério –09/02/2012.

02| Reveja o tema e a coletânea da prova do ENEM/2011 (primeira apostila, página 23). Tendo como referência temática essa proposta, você deverá fazer cinco tipos de introdução, conforme as orientações a seguir.

A Introdução do tipo ilustração (exemplo).

B Introdução do tipo oposição.

C Introdução do tipo divisão.

D Introdução do tipo pergunta.

E Introdução do tipo refutação.

03 | Ainda tendo como mote o tema do ENEM/ 2011, agora você desenvolverá cinco argumentos baseados nas estratégias argumentativas solicitadas logo abaixo.

A Estratégia de causa e consequência.

B Estratégia de citação (discurso de autoridade).

C Estratégia de exemplificação.

D Estratégia de construção metafórica.

E Estratégia de pergunta retórica.

04 | Agora, você irá construir cinco conclusões para encerrar a discussão em torno desse tema de 2011. Utilize as técnicas solicitadas.

A Conclusão do tipo síntese.

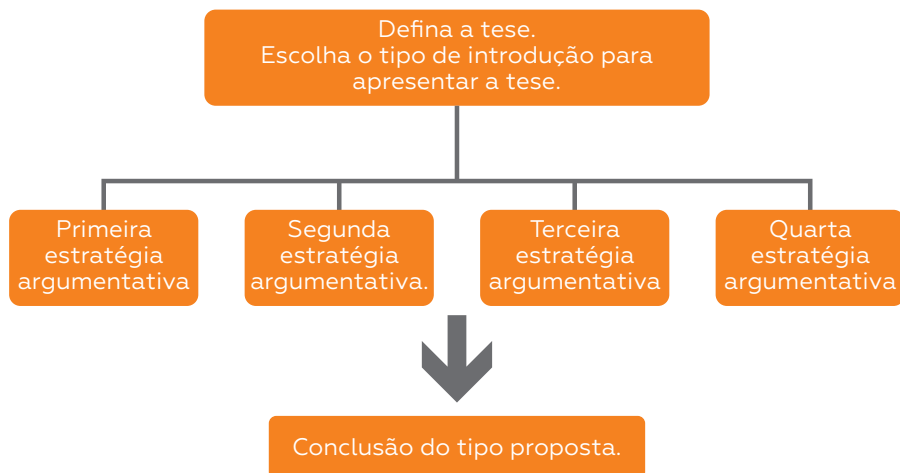
B Conclusão do tipo metáfora.

C Conclusão do tipo surpresa.

D Conclusão do tipo paralelismo.

E Conclusão do tipo proposta.

05 Agora, reveja todas as técnicas de introdução, desenvolvimento e conclusão que você utilizou nas questões anteriores. A partir delas, você vai selecionar as que lhe parecem mais bem formuladas e que dialogam entre si com coerência. Assim, você escreverá a versão final do seu texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: “Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado”. Utilize o esquema a seguir para orientar sua produção.



06 | Reveja o tema e a coletânea da prova do ENEM/2012 (primeira apostila, página 24). Tendo como referência temática essa proposta, você deverá fazer cinco tipos de introdução, conforme as orientações a seguir.

A Introdução do tipo declaração inicial.

B Introdução do tipo alusão a texto ficcional.

C Introdução do tipo citação.

D Introdução do tipo frases nominais.

E Introdução do tipo estratégias mistas.

07 | Ainda tendo como mote o tema do ENEM/ 2012, agora você desenvolverá cinco argumentos baseados nas estratégias argumentativas solicitadas logo abaixo.

A Estratégia de consenso.

B Estratégia de provas concretas.

C Estratégia de contra-argumentação.

D Estratégia de comparação e contraste.

E Estratégia de enumeração.

08 | Agora, você irá construir cinco conclusões para encerrar a discussão em torno desse tema de 2012. Utilize as técnicas solicitadas.

A Conclusão do tipo pergunta.

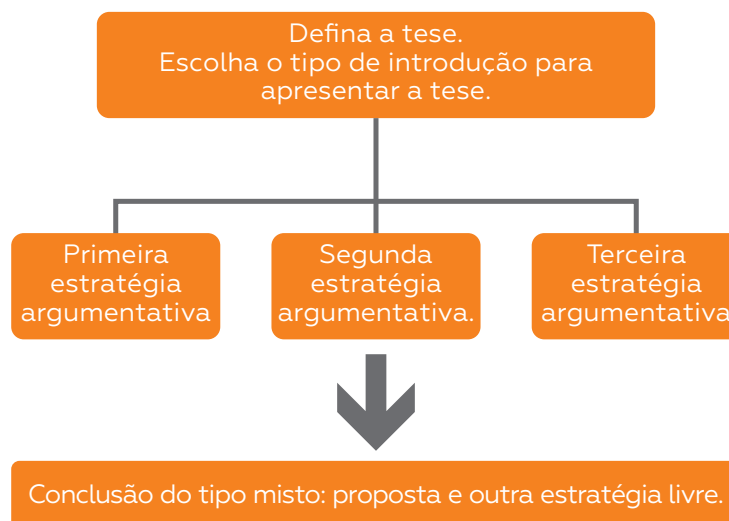
B Conclusão do tipo agregação.

C Conclusão do tipo misto: proposta e surpresa.

D Conclusão do tipo misto: proposta e citação.

E Conclusão do tipo misto: proposta e alusão a provérbio ou ditado popular.

09 Agora, reveja todas as técnicas de introdução, desenvolvimento e conclusão que você utilizou nas questões anteriores. A partir delas, você vai selecionar as que lhe parecem mais bem formuladas e que dialogam entre si com coerência. Dessa forma, você escreverá a versão final do seu texto dissertativo-argumentativo sobre o tema: “O movimento migratório para o Brasil no século XXI”. Utilize o esquema a seguir para orientar sua produção.



PROPOSTAS DE REDAÇÃO

Como se avaliou anteriormente nesta apostila, a escrita é um processo que envolve um contexto de produção, no qual devem ser mobilizados os conhecimentos interacionais, linguísticos, de textos e de mundo do autor, a fim de se produzir um texto que alcance plenamente seus objetivos.

Agora, neste capítulo, serão delineadas sete propostas de redação sobre assuntos polêmicos que requerem uma atitude responsiva e reflexiva por parte de cada aluno disposto a treinar sua produção textual. Parte das propostas será acompanhada de exercícios e/ou textos adicionais com o objetivo de ampliar e aprofundar sua interpretação temática. Outras contarão apenas com a coletânea, inclusive sem um anexo ao final do capítulo que tenha indicações de leitura, pois a intenção é fazer com que o aluno se defronte com o tema e a coletânea e os interprete conforme seu próprio olhar.

Em todos os casos, porém, cabe a você desenvolver um texto dissertativo-argumentativo à luz das competências e habilidades requeridas pelo Exame Nacional do Ensino Médio. Utilize, para tanto, as técnicas aprendidas sobre os tipos de introdução, desenvolvimento e conclusão, vistas no capítulo cinco.

Para refletir!

Catar feijão

Catar feijão se limita com escrever:
joga-se os grãos na água do alguidar
e as palavras na folha de papel;
e depois, joga-se fora o que boiar.
Certo, toda palavra boiará no papel,
água congelada, por chumbo seu verbo:
pois para catar esse feijão, soprar nele,
e jogar fora o leve e oco, palha e eco.

Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.

(João Cabral de Melo Neto)

POR QUE ESCREVES DESCUIDADAMENTE?

Quem escreve descuidadamente faz, antes de mais, a confissão de que não dá grande valor aos seus pensamentos. Porque o entusiasmo que inspira a persistente resistência necessária para descobrir a forma mais clara, mais eficaz e mais atraente de expressar os nossos pensamentos é gerado simplesmente pela convicção do seu peso e da sua verdade – tal como só utilizamos escrínios de prata ou de ouro para as coisas sagradas ou obras de arte de valor incalculável.

Poucos escrevem da mesma forma que um arquiteto constrói, traçando antecipadamente um plano e pensando-o até os mais ínfimos pormenores. A maioria escreve como joga dominó: as frases ligam-se entre si como as peças de dominó, uma a uma, em parte deliberadamente, em parte por acaso.

Arthur Schopenhauer, in 'Aforismos'.

<http://www.citador.pt/textos/porque-escreves-descuidadamente-arthur-schopenhauer>

PRIMEIRA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“AS CONSEQUÊNCIAS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA E NA GARANTIA DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

A aprovação para abaixar a maioridade penal de 18 para 16 anos começou hoje, depois que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados finalmente decidiu votar — e acabou aprovando — projeto de emenda à Constituição que tramitava há 20 anos.

A interminável discussão sobre se no Brasil devemos ou não baixar a idade de responsabilidade criminal de 18 para 16 anos é, naturalmente, um assunto complexo, sobre o qual se debruçam juristas, policiais, integrantes do Ministério Público, organizações de direitos humanos, psicólogos e todo um elenco de estudiosos de diversos setores.

No Congresso, as tentativas de concretizar a medida não vinham prosperando até o dia de hoje, a despeito da contradição que é considerar alguém de 16 anos apto e suficientemente maduro para dirigir veículos e para escolher o presidente da República, mas não para entender completamente a gravidade e as consequências do ato criminoso — inclusive o mais grave de todos, o homicídio.

Nesse terreno, como em tantos outros, deixamos de levar em conta exemplo de países muito mais avançados do que o nosso, inclusive no respeito aos direitos humanos. Uma olhada sobre países civilizados e democráticos com índice de desenvolvimento humano muito superiores ao Brasil, e com grau de impunidade muito melhor, revela coisas assim: na velha e sólida Inglaterra, a maioridade penal é de 10 anos — sim, isto mesmo, DEZ anos. O mesmo no País de Gales e na Irlanda do Norte. Na Escócia, onde durante muito tempo foi de 8 anos — sim, OITO anos de idade —, agora é de 12.

Os mesmos 12 anos vigoram em países como o Canadá e a Holanda. No Japão, é de 14, e na Suécia de um ano mais — 15. Agora, acreditem, amigos do blog: na civilizadérrima Suíça, um garoto de 7 anos que cometa um crime grave vai para a cadeia, tal qual um adulto...

Ricardo Setti, colunista da revista Veja — 31/03/2015.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/a-discussao-sobre-maioridade-penal-aos-16-anos-maioria-que-debate-o-assunto-nao-se-lembra-ou-nao-sabe-que-no-brasil-ela-ja-foi-de-14-anos-e-ha-mais-de-um-seculo/>

VIOLÊNCIA VERSUS COMPAIXÃO

A diminuição da idade na responsabilidade criminal de 18 para 16 anos poderia diminuir os efeitos da manipulação perversa do Estatuto da Criança e do Adolescente por impedir que jovens nessa faixa de idade sejam usados para garantir a impunidade de maiores. Mas, enquanto as medidas socioeducativas forem mera ficção na letra da lei, enquanto não houver atendimento médico e psicológico a adolescentes tão precocemente comprometidos com a crueldade e a indiferença ao próximo, tal mudança de nada adiantará. Se o sistema de Justiça no Brasil não for capaz de estancar as absurdas taxas de impunidade nos homicídios, se o sistema de punição específica para menores homicidas não tiver meios de lhes devolver a consciência moral mal formada ou desmantelada ao longo de suas abusadas vidas, continuaremos a ver os mesmos jovens a repetir tais atos sem remorso. Falta-lhes empatia, falta-lhes capacidade de avaliar o sofrimento que causam no outro, falta-lhes a fala que permite colocar-se no lugar do outro, ou seja, compaixão.

Alba Zaluar — antropóloga com atuação na área de antropologia urbana e antropologia da violência — 07/05/2007. Folha de São Paulo.

Para a neurociência, é fantasia supor que, ao completar um certo número de anos de vida, o cérebro, literalmente da noite para o dia, se torne capaz de raciocínio consequente, e portanto criminalmente imputável — e ainda esqueça todo o mal causado anteriormente.

A adolescência é um processo de transformações biológicas guiadas pela experiência. Por ser um processo, e não um evento com data marcada, não há como definir quando exatamente o cérebro vira adulto.

A capacidade de raciocínio abstrato, por exemplo, já está bem estabelecida aos 13-14 anos; o raciocínio consequente, base da imputabilidade, termina de amadurecer lá pelos 16-18. Mas a mielinização das conexões pré-frontais, por exemplo, o que permite decisões sensatas e maduras, só termina lá pelos 30 anos de idade. Qualquer idade, portanto, é arbitrária para marcar o fim da adolescência: a neurociência não fornece um "número mágico" que sustente a maioria penal aos 16, 18 anos, ou qualquer outra idade.

E lançar ex-menores infratores de volta à sociedade com ficha limpa e "sem" antecedentes criminais, mesmo que tenham matado, esfolado e trucidado, é fantasia que beira o delírio. A qualquer idade, e ao longo de toda a vida, o cérebro é a soma cumulativa da sua biologia e de todas as experiências vividas. A borracha que o sistema judiciário passa atualmente nos ex-menores infratores infelizmente não se aplica ao cérebro. Não se recomeça do zero; mas pode se ter uma segunda chance, sim – sempre por cima de tudo o que aconteceu antes.

O consenso, portanto, foi que consultar o público sobre uma redução da maioria penal é fazer a pergunta errada – pois não há resposta certa, nem ela resolve o que de fato se busca: um sistema mais justo de punição, prevenção e proteção.

Suzana Herculano-Houzel é neurocientista treinada nos Estados Unidos, França e Alemanha, e professora da UFRJ.

Jornal Folha de São Paulo – 22/07/2014.

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 30 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
▪ Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
▪ A apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

SEGUNDA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“A CULTURA DO ESTUDO E O CONSENTIMENTO SOCIAL COMO FORMAS DE VIOLAÇÃO DA MULHER”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

VIOLÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Fiquei chocado com os casos de estupro em festas da Faculdade de Medicina da USP. A julgar pela repercussão na imprensa não fui só eu, mas a condição de ex-aluno me deixou mais revoltado. É evidente que as alunas violentadas não foram as primeiras universitárias atacadas por colegas no Brasil, esses casos acontecem há anos, acobertados pelo manto perverso da condescendência com o criminoso e do preconceito contra a mulher, maldição bíblica milenar.

A indignação geral contra os estupros cometidos justamente por estudantes de medicina é mais do que justificada. No exercício de nossa profissão temos acesso ao corpo dos pacientes. O mínimo que a sociedade espera de nós é que saibamos respeitá-lo, pertençam a mulheres ou a homens, embriagados, drogados, anestesiados ou não. Até quando vamos conviver com essa iniquidade institucionalizada, antiquada, violenta e humilhante, dirigida contra aqueles que deveriam ser acolhidos com fraternidade no ambiente universitário?

Drauzio Varella – Jornal Folha de São Paulo, 20/11/2014 (fragmento adaptado).

Ao instituir vagões que separaram homens e mulheres no transporte público, o projeto acaba por afirmar que, para que os homens parem de assediar as mulheres, é preciso mantê-las longe deles – restringindo o espaço delas aos vagões rosa. Essa proposta acaba por afirmar, portanto, que a única maneira de se evitar a violência é a segregação, pois os homens seriam, naturalmente, agressores, não havendo o que fazer senão separá-los das mulheres. Essa é uma lógica perigosa. Ao criar um espaço separado para as mulheres, evidencia-se a quem pertence o espaço público: aos homens. Essa política também acaba por reforçar a ideia que nós mulheres sempre ouvimos ao relatar uma situação de violência sexual: que estávamos no lugar errado, na hora errada, e que a culpa não é do agressor, mas nossa.

“Nota da Marcha Mundial das Mulheres contra o vagão rosa, pelo direito ao espaço público e a uma vida livre de violência”. www.marchamulheres.wordpress.com, 11.07.2014 (adaptado.)

A CULTURA DO ESTUPRO

Em 2013 houve 50320 estupros registrados no Brasil, cerca de 25 casos para cada 100 mil habitantes. Os dados são do 8o Anuário Nacional de Segurança Pública, divulgados no último dia 11. Pesquisa do Ministério da Justiça afirma que apenas 7% a 8% dos casos de estupro são denunciados no Brasil. Assim, apesar de os números registrados impressionarem, eles mostram algo ainda mais grave: a subnotificação do estupro.

Na Suécia, houve 63 casos de estupro para cada 100 mil habitantes em 2010, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Mais casos que o Brasil, portanto. Contudo, será que a Suécia, cujo índice de desenvolvimento é um dos mais altos do mundo, há mais casos de estupro que o Brasil?

Não exatamente. O que ocorre é que o país escandinavo incentiva as mulheres a denunciar esse tipo de crime ao adotar, entre outras medidas, o registro de cada estupro como uma ocorrência. Assim, se uma mesma mulher for estuprada trinta vezes pelo marido, serão registradas trinta ocorrências e não apenas uma, como no Brasil.

Tanto o alto número de casos registrados quanto os subnotificados revelam uma triste realidade: o Brasil tolera e incentiva o estupro a ponto de podermos afirmar que o crime faz parte da nossa cultura.

Por meio da culpabilização da vítima, estimulamos que as mulheres estupradas se escondam e acabem protegendo seus algozes. Afinal, é comum elas ouvirem de policias e da própria família que estavam embriagadas, usavam roupas curtas e apertadas, que andavam sozinhas à noite ou não deixaram claro que não desejavam o ato sexual. A vítima, portanto, sente medo e vergonha de denunciar.

A sexualização da mulher como objeto é outro fator que estimula o alto número de casos. Desde crianças aprendemos que o corpo da mulher é um objeto que pode ser consumido como qualquer outro. O menino cresce acreditando nisso e, o pior, a menina também.

Mariana Fusco Varella. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/para-as-mulheres/a-cultura-do-estupro/>

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
 - A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
- Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
 - Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
 - A apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

LEITURA EXTRATEXTUAL E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Leia o artigo de opinião a seguir, que circulou recentemente nas redes sociais e foi produzido por Maria Gabriela Saldanha.

Dessa vez, uma caricatura patriarcal chamada Alexandre Frota quebrou o próprio recorde de misoginia. Para isso, contou com a anuência midiática de uma figura igualmente misógina: Rafinha Bastos. Para quem não se lembra, Rafinha declarou, há alguns anos, que "toda mulher que reclama que foi estuprada é feia" e que "o homem que cometeu o ato merece um abraço, em vez de cadeia". As falas compõem trecho do stand up do apresentador, conhecido por atacar Wanessa Camargo durante a sua gravidez, afirmando que "comeria ela e o filho", declaração essa que custou sua saída do programa CQC e uma ação judicial.

Nesta semana, em seu programa "Agora é Tarde", anteriormente apresentado por Danilo Gentili – também conhecido por seu festival de piadas racistas e misóginas – Rafinha recebeu um relato chocante de estupro cometido pelo então convidado, Alexandre Frota, contra uma Mãe de Santo. Descrevendo toda a situação em tom de piada, com contornos que ridicularizam a religiosidade de matriz africana, e sob incentivo constante do apresentador, Frota relatou que foi aconselhado por um amigo a procurar uma Mãe de Santo ainda nos tempos de Rede Globo. Assim, ao chegar ao terreiro, ela o levou até um quarto, dizendo que ele "estava carregado". Observando o corpo daquela mulher, durante o preparo dos trabalhos de limpeza (nessa parte, abordou uma moça da plateia para que o ajudasse a ilustrar o ocorrido), ele se aproximou da Mãe de Santo, deixando-a de quatro, ignorando suas recusas, e pressionou tanto a nuca da vítima com uma das mãos que ela desmaiou. Sim, desmaiou. Sim, tudo foi descrito com orgulho. No entanto, ele consumou o ato mesmo se dando conta de que ela estava desacordada, enquanto as demais pessoas presentes no terreiro começaram a bater na porta e perguntar se estava tudo bem. Frota, então, tentou acordá-la sem sucesso e abriu a porta, dizendo que ela simplesmente caiu no chão, simulando estranhamento. A entrevista foi ovacionada pela plateia.

Um crime hediondo foi confessado e aplaudido em rede nacional. Como isso é possível? Ora, num país onde uma mulher é estuprada a cada 12 segundos, não é difícil compreender que uma estatística alarmante como essa é produto de uma cultura que valoriza e cotidianiza a violência sexual. Cabe ressaltar que a cultura do estupro apenas culmina na prática desse crime, mas obedece antes a um longo processo de naturalização da violência contra a mulher e institucionalização do ódio de gênero. Nesse processo, o papel da mídia na afirmação da hierarquia entre gêneros é fundamental: a cada novela onde a mulher é objetificada e infantilizada, a cada comercial que reafirma os padrões de beleza, a cada programa de auditório onde o papel feminino se resume a ser assistente de palco... Todos os dias nos deparamos com muitas versões televisionadas da ideia de que a mulher é coadjuvante de sua própria existência e da dinâmica social. Se ela não dispõe de protagonismo político, a sua fragilidade "autoriza" a violência sempre prestes a acontecer no patriarcado e essa violência, associada à objetificação crescente, atinge o seu ápice material no estupro. Apenas material, uma vez que a dimensão psicológica e "engatilhada" do estupro ronda o feminino desde o nascimento.

Infelizmente, a maior parte do público só atenta (e quando atenta) para a gravidade do problema quando uma confissão como essa tem vez, desconsiderando episódios tidos como "mais amenos" (vide Rafinha e Gentili) que reafirmam a mentalidade machista. Além disso, a certeza da impunidade dialoga com o direito do homem sobre o corpo feminino, tratado como um bem de consumo, com a desimportância dada à cultura do assédio e com a legitimação do papel masculino dominador pela indústria pornográfica. Tal "combo" fornece as ferramentas que construirão uma aberração misógina do porte de um Alexandre Frota, o qual, por sua vez, limpará um discurso criminoso por meio do humor e servirá de referência para milhares de brasileiros alcançados pelo programa. Esses milhares podem nunca efetivar materialmente um estupro, mas comungarão do discurso do assédio, da objetificação e da desigualdade entre gêneros, que prepararão novos estupros. E assim caminharemos em círculos na estatística dos 12 segundos fatais. Trágico, ainda, é passear pelo Google procurando informações a respeito e quase não encontrar matérias versando sobre o ocorrido. A maioria dos sites destacou, em vez disso, o duelo de dança entre Rafinha e Frota no programa.

Não sabemos quem é a Mãe de Santo em questão. Não sabemos a sua idade, a sua cor, a sua classe, como ela vive, o que ocorreu após o estupro. Mas, muito mais do que "estamos", SOMOS com ela. Poderia ser com qualquer uma de nós. Muitas vezes foi. E agora assistimos de nossas casas ao show de horrores que gargalha e se orgulha da nossa dor. Levantamos aqui uma campanha pelo amplo debate acerca do episódio, na expectativa de que o Ministério Público adote providências diante do relato, que além da violência sexual é carregado de racismo, pela forma desrespeitosa com que Frota se refere a uma fé de matriz afro. Notem que o discurso por ele empregado coloca os elementos religiosos num plano de baixa estereotipagem e excentricidade que facilitaria a ridicularização, criando um cenário onde a mulher se torna ainda mais frágil (passando de vítima a personagem cômico de uma cena apelativa), uma vez que o preconceito das pessoas diante dessa realidade religiosa relega os que nela vivem a uma condição inferior.

De qualquer forma, ainda que transitando em meio a uma descrença diante das instituições, nós resistimos. Vivemos um tempo árduo, mas especial, onde o Movimento Feminista se levanta e populariza; onde mais de 60% das mulheres do país já se declaram feministas; onde dizemos umas às outras que somos cada vez mais irmãs, mães, filhas, namoradas, amigas, companheiras umas das outras. Os machistas que pensam ter passado apenas constituem um material de denúncia e análise para a consolidação das mulheres em luta. Virão como exemplo para que digamos com força, num momento como esse, que frotas, rafinhas e gentilis de toda parte não passarão.

Maria Gabriela Saldanha (fragmento adaptado) – 27/02/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/mgsaldanha/posts/862300120497914>



INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

1. Pesquise no dicionário o significado da palavra “misoginia” para tecer um comentário que avalie criticamente de que maneira a postura de Rafinha Bastos e de Alexandre Frota incentivaria uma conduta misógina.
2. Levando em conta seu conhecimento de mundo e o posicionamento da autora do texto, avalie como se constitui a cultura do estupro no Brasil e de que maneira ela valoriza e torna cotidiana a violência sexual.
3. Explique como a objetificação sexual da mulher e a falta de protagonismo sociopolítico de muitas delas contribuem para perpetuar o preconceito contra as mulheres e a cultura do estupro na nossa sociedade.
4. Releia:

“A certeza da impunidade dialoga com o direito do homem sobre o corpo feminino, tratado como um bem de consumo, com a desimportância dada à cultura do assédio e com a legitimação do papel masculino dominador pela indústria pornográfica. Tal ‘combo’ fornece as ferramentas que construirão uma aberração misógina do porte de um Alexandre Frota, o qual, por sua vez, limpará um discurso criminoso por meio do humor e servirá de referência para milhares de brasileiros alcançados pelo programa”.

Teça um parágrafo analítico que se posicione criticamente acerca dessa afirmação, construindo um discurso de apoio à fala de Maria Gabriela Saldanha ou contra-argumentando essa opinião, caso você discorde dela, total ou parcialmente.

5. Avalie como o caso de Alexandre Frota, exposto no texto lido, revela o consentimento social em relação à prática do estupro e o estereótipo machista que subjugava a mulher ao poder do homem. Desenvolva um comentário bem fundamentado.

TERCEIRA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“A LUTA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

RENNER ESTÁ ENVOLVIDA COM TRABALHO ESCRAVO

Aos pés da serra da Cantareira, no bairro paulistano do Tremembé, roupas da Lojas Renner eram fabricadas por trabalhadores bolivianos em regime análogo ao escravo. Em 11 de novembro de 2014, a fábrica foi interditada pelo Ministério do Trabalho e 37 funcionários foram resgatados, dentre eles 36 adultos (21 homens e 15 mulheres) e um adolescente de 16 anos. Havia 35 mil peças da Renner, das marcas Cortelle, Just Be, Blue Steel e Blue Steel Urban.

Apesar de terem registro em carteira, os trabalhadores viviam em alojamentos em condições degradantes, tinham descontos indevidos nos salários, trabalhavam em jornadas exaustivas, eram remunerados por produção e sofriam violência psicológica, verbal e física. Identificou-se ainda o crime de tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral. (...) Também eram abatidos valores de emissão de documentos, multas por não cumprimento de tarefas como lavar banheiros, pagamentos de creche e custos por materiais de trabalho quebrados. Alguns trabalhadores ficavam com saldos negativos, o que configura servidão por dívida.

Samantha Maia — revista Carta Capital, 28/11/2014.

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/828/renner-esta-envolvida-com-trabalho-escravo-1352.html>

A cada ano, milhares de trabalhadores rurais vindos de regiões pobres do país são obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias. Submetidos a condições degradantes de serviço e impedidos de romper a relação com o empregador, eles permanecem presos até que terminem a tarefa para a qual foram aliciados, sob ameaças que vão de torturas psicológicas a espancamentos e assassinatos. No Brasil, essa forma de exploração é chamada de escravidão contemporânea, nova escravidão, ou, ainda, trabalho análogo ao escravo.

Sua natureza econômica difere da escravidão da Antiguidade clássica e da escravidão moderna, mas o tratamento desumano, a restrição à liberdade e o processo de “coisificação” são similares. O número de trabalhadores envolvidos é relativamente pequeno, porém não desprezível: de 1995 – quando o sistema de combate ao trabalho escravo contemporâneo foi criado pelo governo federal – a 2008, mais de 31 mil pessoas foram encontradas nessa situação, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse mesmo período, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou cerca de 50 mil denúncias sobre a utilização de mão de obra escrava.

A utilização de trabalho escravo contemporâneo não é resquício de modos de produção arcaicos que sobreviveram provisoriamente à introdução do capitalismo, mas sim um instrumento utilizado pelo próprio capital para facilitar a acumulação em seu processo de expansão.

Leonardo Sakamoto jornalista e doutor em Ciência Política pela USP – Revista Le Monde Diplomatique Brasil, 05/05/2009.

ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO COMEÇA ENFRAQUECIDO EM 2015

O Brasil é referência internacional no combate à escravidão. Mesmo assim, ainda contabiliza uma forte resistência à erradicação dessa prática, graças à pressão de setores da sociedade que tentam, a todo custo, derrubar conquistas alcançadas ao longo dos últimos anos. Foi assim em 2014, ano de uma grande vitória, mas também de três graves retrocessos no enfrentamento do problema.

A grande vitória aconteceu com a aprovação da PEC 57A/99 (conhecida como Proposta de Emenda Constitucional do Trabalho Escravo), que destina as propriedades flagradas com trabalho escravo à reforma agrária e habitações populares. Finalmente aprovada em maio de 2014, depois de 15 anos de mobilizações, a PEC deu um novo ânimo à luta contra o trabalho escravo no país.

No entanto, o que era para ser uma importante vitória e um grande passo para o combate ao trabalho escravo no país, acabou perdendo força. É aí que entram os três graves retrocessos, que precisam ser enfrentados com rigor em 2015, de modo que o país não perca terreno no caminho da erradicação de todas as formas de trabalho escravo.

1. Em novembro, a Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição não aprovou a inclusão dos termos “jornada exaustiva” e “trabalho degradante” no conceito de trabalho escravo, contrariando a definição prevista no artigo 149 do Código Penal Brasileiro.
2. Em dezembro, o relator da reforma do Código Penal na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), acatou emendas para a exclusão destes termos no próprio artigo 149 do Código Penal, marcando um retrocesso ainda maior. São tentativas, em tramitação, que podem reduzir o conceito de trabalho escravo e que contrariam as lutas e os avanços dos últimos 20 anos.
3. Nos últimos dias de 2014, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, a pedido da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) suspendeu por liminar a divulgação da atualização semestral do cadastro de empregadores flagrados com trabalho escravo – conhecida como “Lista Suja do Trabalho Escravo”, que seria publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

InPACTO – Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, 07/01/2015.

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 30 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
▪ Apresentar proposta de intervenção que despreze os direitos humanos.
▪ A apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

QUARTA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“TORCIDAS ORGANIZADAS – O ESPÍRITO ESPORTIVO CONDENADO PELA LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

POR QUE TANTA VIOLÊNCIA NO FUTEBOL?

O futebol é uma leitura do que acontece no jogo da sociedade, já disse o antropólogo Roberto da Matta. Ele foi inventado para sublimar guerras e manter o conflito social em níveis toleráveis, variando de acordo com a conjuntura. Na Inglaterra, a partir da Copa de 1966, torcedores inflamados – jovens proletários em sua maioria subempregados – ganham visibilidade. Passam a instalar-se atrás do gol, apresentam um espírito combatente, almejam vencer o “inimigo”. A lógica da violência grupal nos estádios aqui começou nos anos 70, mas piorou em meados de 80. A violência dos Hooligans ficou marcada no jogo Juventus X Liverpool, na Bélgica, em 1985, que ficou no imaginário popular pelas trágicas imagens registradas pela televisão. No Brasil, a primeira morte intencional de um chefe de torcida, o Cleo, da Mancha Verde, do Palmeiras, ocorreu em 1988. Hoje, há membros de torcidas que têm relação com o crime organizado, são vinculados a facções. Repito: o futebol faz uma leitura muito própria e sintomática do que está acontecendo na sociedade.

Fragmento de entrevista cedida pelo historiador Bernardo Buarque à jornalista Marina Lemle.

Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/seciao/reportagem/torcidas-de-futebol>

Quando foi que o futebol deixou de ser um entretenimento para se tornar um vício? Porque, quando chegamos nesse nível, é isso que o esporte faz: cega, nos impossibilita de ver as coisas com clareza, de medir, pensar, julgar com ponderação, nos levando a agir por impulso. (...) O futebol deixou de ser algo saudável aqui no Brasil. Seja pela forma ensandecida de se torcer, pela cretinagem dos bastidores ou pela qualidade abominável das partidas, esse esporte se tornou uma entidade repulsiva em nossas terras. Ele passou a ser um fomentador do ódio, um estimulador da desarmonia, um promotor da brutalidade. Tanto é que o público está minguando dos estádios. Não basta mais que as torcidas fiquem separadas nas arquibancadas (o que já é uma necessidade lastimável), agora é preciso que haja cotas de ingresso.

Thiago Sievers – 18/07/2014. Disponível em: <http://www.elhombre.com.br/quando-foi-que-o-futebol-brasileiro-perdeu-o-espirito-esportivo/>

VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS É UM REFLEXO DA SOCIEDADE

O futebol existe, da forma como o conhecemos, há mais de 100 anos. Embora a disputa em campo já tenha sido mais violenta, o fenômeno social de violência extra-campo não teve sempre a feição atual. O sociólogo Maurício Murad, que trabalha numa linha de pesquisa sobre o comportamento das torcidas organizadas e a violência no futebol, compreende que a violência passou a fazer parte do entorno do esporte na medida em que ele cresceu na sociedade. “Há um estíma, reforçado pela própria mídia, de que torcidas organizadas são sinônimo apenas de violência, crimes e marginalidade, mas na realidade os torcedores responsáveis pela violência são uma minoria dentro das torcidas (em torno de 5% a 7% dos integrantes das torcidas organizadas). Uma minoria que, no entanto, gera muitos problemas”, afirma o professor.

O perfil do torcedor problemático é traçado por Murad em seu livro “A Violência no Futebol” como um grupo de jovens entre 13 e 24 anos, desempregados e que já possuíam algum envolvimento com a criminalidade fora dos organizadas, e que “entendiam a violência como instrumento para adquirir respeito e poder diante outros grupos de organizados”. Murad defende que fazer parte de uma torcida organizada acaba sendo para a maioria desses jovens a perspectiva de “ser alguém”, graças ao grupo.

Jornal Diário do Pará – 15/02/2015.

AS TORCIDAS ORGANIZADAS NÃO SÃO AS (ÚNICAS) CULPADAS

Torcidas organizadas agora recebem o rótulo de “facções”. É uma clara tentativa de relacioná-las ao mundo do crime, como se todas as suas atitudes fossem ilícitas. Mas a realidade é diferente. O torcedor organizado não é bandido. Ele trabalha (a média de desemprego nas torcidas é de 2,8%, em comparação com os 8,1% da média brasileira), mora com os pais (86,8%) e tem um significativo grau de instrução (80,8% possui de 10 a 12 anos de escolaridade).

Esses números fazem parte do resultado de uma pesquisa que realizei com 813 integrantes das três maiores organizadas de São Paulo. São dados que desmentem a visão de que seus filiados são vagabundos que se associam para o crime. Costuma-se generalizar, mostrando que as mortes que ocorrem no futebol têm a ver apenas com as torcidas. Não é verdade. Por isso, pregar a extinção das organizadas para estancar a violência é a mesma coisa que defender o fim do Senado para acabar com a corrupção.

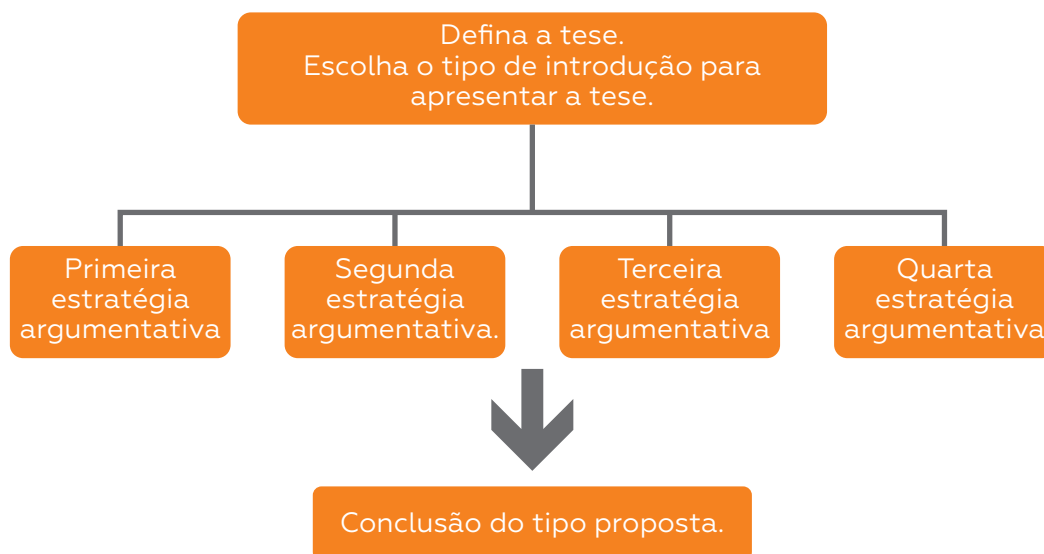
Helôisa Reis, autora do livro Futebol e Violência. Revista Galileu – 19/12/2009.

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
 - A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
- Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
 - Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
 - A apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

ORIENTAÇÕES PARA ANÁLISE TEMÁTICA E REALIZAÇÃO DO PROJETO DE TEXTO

1. Pesquise o que é o Estatuto do Torcedor e quais são suas implicações para a relação entre o torcedor e o futebol.
2. Analise o que é o termo hooliganismo e faça um comentário crítico que o relacione ao tema.
3. No dia 12 de fevereiro de 2015, o ministro do Esporte, George Hilton, reuniu-se, em Brasília, com representantes da Associação Nacional de Torcidas Organizadas (Anatorg) para discutir medidas que visam à redução da violência no futebol. Pesquise notícias que se relacionam com esse fato e avalie quais foram os pontos discutidos por eles e qual é a importância dessa reunião para garantir um ambiente menos violento nos estádios de futebol.
4. Que tipos de medidas o governo propõe para combater a violência no futebol? Em seu julgamento, elas são necessárias? São eficientes? Desenvolva um comentário bem fundamentado.
5. Veja o documentário produzido pela TV Bandeirantes, intitulado “A liga, torcidas organizadas” (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XJDoBounlH4>). Faça um resumo apontando as principais ideias discutidas no texto. Relacione-as ao tema desta redação.
6. Estruture seu projeto de texto, levando em consideração o esquema sugerido a seguir.



QUINTA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“O ACESSO AO SANEAMENTO BÁSICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE HUMANA E PARA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O saneamento básico, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é o gerenciamento ou controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social.

Outra definição é a trazida pela Lei do Saneamento Básico (apelido dado para a Lei Ordinária N.º 11.445 de 05 de janeiro de 2007 que estabelece as diretrizes básicas nacionais para o saneamento), que o define como o “conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:” abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais.

Seja qual for a definição utilizada, o certo é que o saneamento básico está intimamente relacionado às condições de saúde da população e mais do que simplesmente garantir acesso aos serviços, instalações ou estruturas que citam a lei, envolvem, também, medidas de educação da população em geral e conservação ambiental.

Caroline Faria, gestora ambiental. Disponível em: <http://www.infoescola.com/saude/saneamento-basico/>

Menos da metade da população brasileira (48,6%) tem acesso à coleta de esgoto e apenas 39% dos esgotos do país são tratados. Segundo o Atlas da Agência Nacional de Águas (ANA), 55% dos 5.565 municípios do país podem sofrer desabastecimento nos próximos quatro anos se não forem feitos investimentos de R\$ 70 bilhões para ampliação e adequação dos sistemas de tratamento de água, uso de novos mananciais e tratamento de esgoto para evitar a contaminação dos mananciais já em uso.

"Há décadas o país enfrenta um descaso no setor de saneamento, sobretudo na coleta e tratamento dos esgotos", afirma Édison Carlos, presidente executivo do Instituto Trata Brasil, Oscip criada em 2007 que busca a conscientização e a mobilização da sociedade em tomo de avanços no saneamento básico. De acordo com ele, ter saneamento básico é assegurar a saúde e qualidade de vida do cidadão.

Há uma gama de doenças decorrentes da falta de coleta e não tratamento do esgoto como diarreia, verminose, hepatite A, leptospirose e dermatites, por exemplo. "Um estudo feito pelo Trata Brasil destacou a correlação da falta de saneamento com o impacto na saúde, e chegamos às absurdas 400 mil internações por diarreia em 2011, sendo 53% destes casos entre crianças de zero a cinco anos", diz Carlos. A falta de coleta e tratamento do esgoto também causa a contaminação dos lençóis freáticos.

Lia Vasconcelos – jornal Valor Econômico, 20/03/2015.

A democratização do saneamento básico tem papel decisivo na garantia dos direitos sociais e da dignidade humana previstos em nossa Carta Magna, como forma de conceder condições mínimas à pessoa humana como direito à saúde e ao bem-estar, classificados como uma segunda geração dos direitos fundamentais. Os direitos da segunda geração, também conhecidos como direitos de igualdade, surgiram após a 2ª Guerra Mundial com o advento do Estado Social.

Eduardo Venâncio Rocha, especialista em Educação Ambiental. Disponível em: <http://catolicadeanapolis.edu.br/revmagistro/wp-content/uploads/2013/05/SANEAMENTO-B%C3%81SICO-NO-BRASIL.pdf>

Os problemas ambientais e de saúde coletiva decorrentes da precariedade da oferta dos serviços de saneamento básico são, antes de tudo, resultantes de processos fundamentalmente políticos e sociais. Na perspectiva da saúde coletiva, para a qual os problemas de saúde da população resultam da forma como se organiza a sociedade, em suas múltiplas dimensões, os programas de promoção da saúde relacionados com os problemas ambientais devem ser movimentos politicamente agressivos na perspectiva de uma equidade social, política e econômica.

É claro que a baixa cobertura dos serviços de saneamento no Brasil implica desdobramentos nefastos para a saúde das pessoas, principalmente aquelas de mais baixa renda, além das consequências negativas ao meio ambiente, considerando as inúmeras possibilidades de agravo ao equilíbrio dos ecossistemas. A indissociabilidade entre saneamento básico, qualidade de água e saúde coletiva remete-nos a uma reflexão sobre a forma como este tema é tratado no Brasil e a aparente imobilidade da sociedade em reivindicar um direito que, inclusive, é garantido em nossa Constituição, que é o de prover a todos os cidadãos direito ao acesso à saúde em todos os seus aspectos.

Luís Eduardo Bovolato, mestre e doutor em Geografia.

Disponível em: <http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/saneamento-bacc81sico-e-saucc81de.pdf>

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **30 linhas**.
 - A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
- Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
 - Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
 - A apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

SEXTA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema “DEMOCRACIA RACIAL E PRECONCEITO MASCARADO”, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

A carne

A carne mais barata do mercado é a carne negra (5X)

Que vai de graça pro presídio

E para debaixo do plástico

Que vai de graça pro subemprego

E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra (5X)

Que fez e faz história

Segurando esse país no braço

O cabra aqui não se sente revoltado

Porque o revólver já está engatilhado

E o vingador é lento

Mas muito bem intencionado

E esse país

Vai deixando todo mundo preto

E o cabelo esticado

Mas mesmo assim

Ainda guardo o direito

De algum antepassado da cor

Brigar sutilmente por respeito

Brigar bravamente por respeito

Brigar por justiça e por respeito

De algum antepassado da cor

Brigar, brigar, brigar

A carne mais barata do mercado é a carne negra (5X)

Marcelo Yuka, Ulisses Cappelletti e Seu Jorge.



Sobre estas questões da democracia racial, Abdias Nascimento diz: deve-se compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado dos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como ten-

tativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da branquidão, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.

Maria Gisele de Alencar, socióloga. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/livro%20metodologias_grafica.pdf

A inconsciência branca viceja, ainda hoje, na promoção turística da mulata carnavalesca, ela sim liberada, por leis e censuras, a exibir em público seu corpo nu.

É a inconsciência branca que protesta contra o direito de cotas para negros nas universidades; encara com suspeita o negro encontrado em espaços predominantemente ocupados por brancos; induz a polícia a expor garras ferozes ao revistar jovens negros.

O profetismo heroico de Zumbi, Mandela, Luther King e tantos outros, ainda não logrou descontaminar nossa cultura do ranço do preconceito e da discriminação. Quantos executivos negros ocupam cargos de direção em nossas empresas? Apenas 5,3%. Quantos garçons e chefs de cozinha? Quantos apresentadores de TV e animadores de auditório?

Frei Betto, teólogo e escritor. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/11/frei-betto-inconsciencia-branca.html>

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 30 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "insuficiente".
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
▪ Apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
▪ A apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

LEITURA EXTRATEXTUAL

Leia o artigo de opinião e o poema a seguir, a fim de fomentar sua reflexão temática.

SOBRE O MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL” NO BRASIL

Ao celebrarmos no 21 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra, cabe aqui uma reflexão acerca do mito da “democracia racial” que o Brasil faz questão de ostentar.

O Brasil figura como uma das nações com o maior contingente de população negra do Ocidente. O tráfico negreiro floresceu como uma lucrativa e próspera indústria de morte e escravidão de negros trazidos da África e submetidos a trabalhos forçados na lavoura, na extração mineral e todo tipo de trabalho no país.

Foi também no Brasil que o regime escravocrata mais durou. Foram trezentos anos de uma economia, cuja produção era baseada principalmente na mão de obra escrava. Esses três séculos de trabalho escravo arraigaram na sociedade um profundo sentimento de desprezo pelo trabalho e, em especial, pelos negros.

A assinatura da Lei Áurea não significou para os negros a liberdade com acesso ao trabalho e aos meios de produção! Pelo contrário, a assinatura concomitante da Lei das Terras Devolutas negou a essa população o acesso à propriedade da terra.

A conformação social que passa a existir a partir de então estabeleceu o trabalho assalariado semiescravo e o abandono da população negra por parte do Estado, que continuou atrelado aos interesses das elites dominantes que, por sua vez, sempre alimentaram o desprezo pelo trabalho e pelo negro.

Os processos migratórios de trabalhadores europeus que passaram a dar uma nova configuração à sociedade brasileira acentuaram ainda mais estas duas características das elites locais. Os estrangeiros passaram à condição de “semiescravos” brancos. E nesse contexto, a população negra, que servia para trabalhar de graça, passa a não ter serventia, uma evidente concepção racista, uma vez que impõe a fome e a pobreza extrema através da exclusão do acesso ao trabalho. Aos que trabalhavam, as funções sempre correspondiam ao desempenho de tarefas humilhantes e extremamente mal remuneradas.

Outro aspecto extremamente racista consiste no impedimento do acesso da população negra à educação, condenando-a a se perpetuar na condição de miséria. Com o passar dos anos, a ideologia dominante sempre tentou, de todas as formas, passar a impressão de que o Brasil, principalmente pela intensificação da miscigenação através dos grandes fluxos migratórios europeus, vive uma “democracia racial”.

E talvez o conceito de “democracia racial” da forma como se aplica nos discursos proferidos pelos representantes de nossas elites seja a melhor forma de se conceituar o que essas elites entendem por “democracia”: qual seja, uma sociedade dominada por poucos que concentram muitíssimo às custas da superexploração do trabalho de muitos. A perpetuação deste modelo no Brasil revela uma face cruel de uma sociedade que abandona milhões de seus filhos à miséria, ao abandono, ao descaso. Na base da pirâmide social que aí se forma, a população negra tem sido e é alicerce sobre o qual se ergue uma nação riquíssima que não reparte suas riquezas, pois abomina a igualdade e se sustenta sobre um modelo elitista, excludente e de profundas características racistas.

O aparato ideológico constantemente utilizado pelas elites para tentar passar a ideia de “democracia racial” conta com poderosas formas de persuasão. A principal delas aponta para o exotismo na referência aos negros, utilizando-se para tanto de suas culturas e tradições. Há ainda os aspectos da sensualidade, da moda, da dança, do esporte, etc. No entanto, esses exemplos acentuam o aspecto da desigualdade, uma vez que pouquíssimos negros se destacam nessas áreas. Quando o fazem, parece que são exemplares de uma concessão garantida pela “bondade” branca tupiniquim.

No entanto o racismo brasileiro é evidente. A falsa ideia de “democracia racial” ainda massacra mais ao mascarar o racismo existente nas relações sociais, uma vez que não o oficializa, o que amortece consciências e impede uma maior organização da população negra na luta por igualdade e respeito.

Não é racista uma sociedade na qual a grande maioria de seus pobres é formada por negros? Não é racista uma sociedade que negou por séculos o acesso dos negros à educação de qualidade? Não é racista uma sociedade que nunca se preocupou em ressarcir uma imensa parcela de sua população por séculos de políticas onde imperavam o trabalho escravo, a negação da identidade, os estupros sistemáticos, o desrespeito à dignidade e à vida? Não é racista uma sociedade que destina a seus cidadãos e cidadãs negros os piores empregos, os piores salários, as piores condições de vida? Não é racista e hipócrita uma sociedade que se assenhora de raras exceções, tentando apresentá-las como regras que atestem uma falsa “democracia racial”?

A recente celeuma acerca das cotas para negros em universidades públicas ou outras formas de políticas reparadoras escancarou de vez o profundo senso de desigualdade no país. Um universo praticamente exclusivo de brancos (conta-se aqui ou ali um afrodescendente ocupando vaga de aluno ou professor nas universidades brasileiras) corre de repente o risco de ser dividido com aqueles que, pela própria tradição, não deveriam estar ali, a não ser na condição invisível de serviços mal remunerados. As reações as mais diversas mostram a preponderância de uma concepção que ainda considera a universidade um espaço reservado aos mais bem aquinhoados, ou seja, aos brancos e seus filhos e filhas.

As contribuições da população negra ao desenvolvimento econômico e à riqueza cultural e humana do Brasil são incontestáveis. No entanto, em momento algum se pode esquecer que esses negros não vieram para cá participando de qualquer “fluxo migratório”. Eles vieram sob correntes, foram arrancados de sua terra, de suas famílias, de suas entranhas. De homens e mulheres livres passaram à condição de animais destinados ao trabalho não remunerado. Foram açoitados, assassinados, estuprados, vilipendiados em sua identidade, extorquidos de seu direito à nacionalidade, religião, cultura e valores. E o pior de tudo. Enquanto construíam com humilhação e sangue a riqueza de uma nação, nunca participaram dessas riquezas, nunca foram tratados com respeito, nunca receberam sequer um agradecimento por todo esse trabalho. E nunca receberam qualquer pedido de desculpas pelo genocídio que a nação branca impingiu a seu povo.

Não dá para falar em democracia racial com uma história de escravidão, sangue, humilhação, desterro e condenação à miséria pesando sobre as costas de um país que não faz questão de recontá-la.



O navio negreiro (parte IV)

Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...

Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e espantadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!

E ri-se a orquestra irônica, estridente...
E da ronda fantástica a serpente
Faz doudas espirais ...
Se o velho arqueja, se no chão resvala,
Ouvem-se gritos... o chicote estala.
E voam mais e mais...

Preso nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!
Um de raiva delira, outro enlouquece,
Outro, que martírios embrutece,
Cantando, geme e ri!

No entanto o capitão manda a manobra,
E após fitando o céu que se desdobra,
Tão puro sobre o mar,
Diz do fumo entre os densos nevoeiros:
"Vibrai rijo o chicote, marinheiros!
Fazei-os mais dançar!..."

E ri-se a orquestra irônica, estridente. . .
E da ronda fantástica a serpente
Faz doudas espirais...
Qual um sonho dantesco as sombras voam!...
Gritos, ais, maldições, preces ressoam!
E ri-se Satanás!...
Castro Alves. Espumas Flutuantes

SÉTIMA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema “A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR COMO NÚCLEO DE AFETO, RESPEITO E CONTIGUIDADE”, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ATIVISTAS SE MOBILIZAM NAS REDES CONTRA ESTATUTO DA FAMÍLIA

Nesta terça-feira (24), ativistas voltam a se mobilizar nas redes contra o Projeto de Lei 6.583/2013, mais conhecido como Estatuto da Família. Um “Twitaço” e um “Facebokaço”, convocados em parceria pela Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) e pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), foram marcados para hoje. O objetivo é barrar a tramitação do Estatuto, desarquivado há duas semanas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que também determinou a instalação de comissão especial para analisar o PL. Os organizadores pedem que os internautas utilizem a hashtag #emdefesadetodasasfamílias, acompanhada de uma foto da própria família.

Proposto em 2013 pelo deputado Anderson Ferreira (PR-PE), integrante da bancada evangélica e relator do projeto conhecido como “cura gay”, o Estatuto prevê uma redução de direitos hoje concedidos aos homossexuais pelo Poder Judiciário, como a união homoafetiva e a adoção. Além disso, define o núcleo familiar a partir da união entre homem e mulher, por meio de casamento, união estável ou comunidade formada pelos pais e seus descendentes.

Revista Fórum – 24/02/2015.

NOVOS ARRANJOS FAMILIARES: UMA BREVE ANÁLISE

Atualmente, a família é compreendida não apenas baseada nos laços consanguíneos e de parentesco, mas nas relações de afeto e cuidado. A psicóloga Heloísa Szymanski entende família como sendo “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças e adolescentes”, não levando em conta para isto, a existência de laços consanguíneos ou de parentesco.

Em contrapartida, Célia Regina Tamaso Mioto (professora de política social pela Universidade Federal de Santa Catarina) discute que, na atual conjuntura, existem diversas formas de organização familiar que se modificam continuamente com o objetivo de satisfazer as necessidades impostas pela sociedade. Segundo esta autora, “o terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição”. Ou seja, para ela, a família pode ser o espaço do cuidado, mas não se pode esquecer ou deixar de lado que nas relações familiares também existem o conflito e a instabilidade, sejam eles influenciados pela sociedade ou não.

Segundo a antropóloga Cynthia Andersen Sarti, a família vem sofrendo transformações desde a Revolução Industrial, que separou o mundo do trabalho do mundo familiar, instituindo a questão da privacidade na família. Outros fatores determinantes para tais mudanças são o avanço tecnológico e as descobertas científicas no que tange, principalmente, a reprodução humana. A partir da década de 60, um fator vem para separar a sexualidade feminina da reprodução: a ascensão da pílula anticoncepcional. Esta, juntamente com o trabalho remunerado da mulher, acaba por inaugurar uma fase de modificações na família contemporânea. A década de 80 também traz novas transformações para a instituição familiar com as tecnologias de reprodução artificial, que dissociam a relação sexual da gravidez. Mais um fator apontado pela autora está relacionado aos testes de DNA, que vêm para comprovar a paternidade e reivindicar que o homem cumpra o seu papel de pai. Para Sarti, isto se tornou um recurso de proteção não só para a mulher, mas também para a criança. A autora supracitada relata ainda que a Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças no que se refere à família, tais como:

1. a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher;
2. o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, que os define como ‘sujeitos de direitos’. Com o exame de DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte do pai e da mãe.

"Conte-me e eu esqueço.
Mostre-me e eu apenas me lembro.
Envolve-me e eu compreendo."

Confúcio


prepara
enem



62 3877 3223 | 3877 3222



WWW.GRUPOPREPARAENEM.COM.BR

ISBN 978-85-88249-22-6




CLASSIS
EDITORA